

SOBRE ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO ENFRAQUECIMENTO DA CATEGORIA CONCORDÂNCIA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

MARIA EUGENIA LAMMOGLIA DUARTE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA (CNPQ)

Abstract – This article expands the ideas discussed during the IV International Conference about teaching Brazilian Portuguese in the Italian University (December, 2021) and the International Conference that celebrated the Day of the Portuguese Language (May, 2022). Three main issues will be addressed: the origin of the large gap between speech and writing in Brazilian Portuguese and the consequences of the adoption of an exonormative model of written language, ignoring the written language already in development in Brazil along the 19th Century; some important features of spoken Brazilian grammar resulting from the contact with other languages during colonization, particularly the African slaves and their descendants, and other features related to successive processes of changes; and some aspects that characterize contemporary Brazilian writing as a result of the recovery of lost features by the action of a conservative perspective and the implementation of Brazilian speech features. The discrepancy between use and prescription gives rise to structures that belong neither to European nor to Brazilian grammars. Besides questions related to the social history of Brazilian Portuguese, this article relates the emergence of some structures to the reduction of the category Agreement, including not only number and person verbal endings but the non-deictic clitics: the indefinite *se*, and the anaphoric accusative and dative clitics, not available in acquisition data, contrary to deictic *me*, *te*, clitics, treated as overt pronouns (Noun Phrases), following Galves (2019) and extending Nunes’s 2019 analysis for the accusative 3rd person clitic as agreement of object. The simplified category Agr gives rise to overt subjects, null complements, constructions that suggest topic prominence, such as left-dislocated subjects, genitive and locative raising in impersonal sentences, among others. A successful teaching of Portuguese claims for a good description of contemporary writing, showing its face, so distant from idealized models still adopted.

Keywords: Codification of Brazilian Portuguese; Brazilian Agreement functional category; European and Brazilian Portuguese; Brazilian speech; Brazilian writing.

1. Introdução

No IV Congresso Internacional “O ensino do português brasileiro na universidade italiana”, realizado em 2 e 3 de dezembro de 2021, na Universidade Roma TRE, eu procurei mostrar que é, de fato, um desafio ensinar uma língua em que fala e escrita revelam grande distância, muito além do que costuma diferenciar as duas modalidades. Mostrei ainda que, se, por

um lado, a variação na fala brasileira é hoje muito bem descrita, nos falta uma descrição da escrita que realmente é praticada no Brasil –igualmente variável e de difícil sistematização– porque, de um lado, nossa escrita incorpora traços que a escola, ainda pautada numa tradição lusitana, consegue “ensinar”, e, por outro, implementa, aos poucos, traços da gramática brasileira. Isso permite a emergência de grande variação na escrita em relação a um mesmo traço, como é o caso exemplar da colocação pronominal, que, dada a evidente contradição entre uso brasileiro (próclise generalizada) e a norma lusitana (ênclise e próclise, “sob certas condições”) provoca o surgimento de estruturas que não se conformam nem com uma variedade nem com outra. Em maio de 2022, durante o Congresso Internacional Dia da Língua Portuguesa”, voltei ao tema, mostrando então alguns traços da gramática brasileira e sua relação com o enfraquecimento da concordância.

Este artigo volta a esses temas, com base em resultados de pesquisas diversas. Na Seção 2, retomo algumas considerações sobre a codificação da norma da escrita no Brasil, depois da Independência (1822), e especialmente após a Proclamação da República (1898)), com evidências de que essa codificação não levou em conta a norma escrita que se desenvolvia no país e, naturalmente, ignorava as variedades faladas em solo brasileiro. Na Seção 3, apresento inúmeras estruturas que caracterizam o português brasileiro, que podem ser atribuídas ao enfraquecimento da categoria funcional concordância (que coincide com a categoria funcional Agreement), aqui incluindo os clíticos não dêiticos, manifestações de concordância; em 4, retorno à escrita standard brasileira, ao seu caráter extremamente variável, fruto do embate entre o que se fala e o que se ensina. Nas considerações finais, enfatizo a necessidade de uma descrição dessa escrita variável, incorporando até mesmo o que não é genuinamente brasileiro nem lusitano, mas consequência desse descompasso provocado por uma ideologia, que, se compreensível no passado, não pode ser perenizada, sob pena de não ajudar a formar bons usuários da escrita.

2. Um breve resumo sobre a codificação da norma escrita no Brasil e o que dizem os dados da fala

2.1. Sobre a codificação de uma norma culta (escrita) no Brasil

A questão de uma norma brasileira nunca foi cogitada durante o período colonial. Só a partir da Independência, em 1822, questões relativas à modernização do país, à educação dos cidadãos e à definição de uma identidade brasileira começaram a se colocar. De modo especial ressaltava, naquela ocasião, a urgência de lutar contra o analfabetismo, o que demandava acesso universal à escola pública. Segundo Houais (1985), até meados do século XIX, o número de pessoas “educadas” não passava de 0,5% da

população. Com base em pesquisas reunidas em Duarte, Gomes e Paiva (2016), podemos verificar que as primeiras gramáticas apareceriam entre as duas últimas décadas desse mesmo século e o primeiro quartel do século XX (Maciel 1887; Gomes 1887; Ribeiro 1890; Ribeiro 1919). Nessas gramáticas estava evidente uma clara atitude exonormativa, que desprezava a escrita que vinha sendo praticada no Brasil pela pequena camada de letrados ilustres, buscando modelos de referência na língua dos grandes autores portugueses do século XIX.

Duas importantes evidências de que a norma escrita usada no Brasil foi desconsiderada e mudada nos vêm de Pagotto (1998; 2011). No artigo de 1998, o autor compara a mudança de norma nos textos das duas Constituições do século XIX, a do Império, de 1824, e a da República, 1891.¹ Da primeira para a segunda há uma clara mudança em direção à gramática do português europeu moderno, rejeitando traços que seriam conservadores ou inovações brasileiras presentes na Constituição do Império. No capítulo de 2011, Pagotto traz informações adicionais da mudança rumo à “modernidade”, mostrando a polêmica que envolveu o a redação e aprovação do texto do Código Civil, elaborado entre março de 1898 e março de 1902, data em que foi aprovado na Câmara dos Deputados. A polêmica teve na figura de Rui Barbosa um importante personagem. Antes um defensor do idioma nacional e da adoção de um modelo mais brasileiro nas escolas, o ilustre intelectual e Senador da República, que tinha participado da redação da Constituição da Primeira República, se debruça sobre o Código Civil, na virada do século XIX, com críticas linguísticas, que nada tinham a ver com o teor do Código Civil, enfatizando aspectos sintáticos relativos principalmente à colocação pronominal e ao uso de preposições com complementos de verbos e nomes. Não podemos detalhar a longa polêmica que se seguiu, quando os pareceres eram criticados por exibirem traços nacionais combatidos pelos próprios autores/críticos da sintaxe brasileira, mas o fato é que os dois textos de Pagotto nos ajudam a entender como e quando se deu essa “mudança de uma norma a outra”, refazendo “os cânones gramaticais” e “produzindo uma unidade linguística com Portugal” (Pagotto (2011, p.112) numa luta travada na virada do século XIX.

Naturalmente, a ausência de uma descrição objetiva da nossa realidade linguística justificava a suposição de que brasileiros e portugueses falavam a mesma língua e que a língua literária refletia bem essa unidade, o que, aliás, ainda se defende em alguns manuais e na manifestação de brasileiros que certamente desconhecem a História da formação do português no Brasil. A consequência imediata dessa atitude foi o banimento de qualquer traço que não se conformasse com esse padrão exógeno. Todo e qualquer traço que fugisse a ele era tratado como característico da informalidade do brasileiro e seu

¹ A ascensão a Império data de 1822 e a Proclamação da República ocorreu em 1889.

“temperamento mais dócil” em oposição à formalidade do europeu, de certa forma “mais rude” (Melo 1972). Assim se procede até hoje, quando aqueles que ainda se pautam nessa ideologia, confundem “mudança de gramática” (o que só o letrado mais velho sabe fazer) com “informalidade” (Duarte e Serra 2015, para uma discussão a esse respeito, comparando, entre outros textos, as letras de “raps” portugueses e brasileiros).

Foi exatamente esse princípio da “unidade na diversidade”, inspirador de nossas gramáticas, que impulsionou a realização do Projeto Norma Urbana Culta (NURC),² iniciado nos anos 1970, com o objetivo de retratar a fala de indivíduos letrados (com curso superior) para descrever o português “padrão” (!) brasileiro. A inspiração veio da Real Academia Espanhola, para a qual

Se consideran, pues, plenamente legítimos los diferentes usos de las regiones lingüísticas, con la única condición de que estén generalizados entre los hablantes cultos de su área y no supongan una ruptura del sistema en su conjunto, esto es, que ponga en peligro su unidad.

<http://www.rae.es/Noticias.nsf/Portada4?ReadForm&menu=4>

(15.01.2013).

Assim, seriam legítimos os diferentes usos das diversas regiões linguísticas desde que fossem gerais entre os falantes cultos de cada área, não significando uma ruptura do sistema, pondo em perigo sua unidade.

2.2. O que dizem os dados da fala “letrada” brasileira

Felizmente para os brasileiros, a realização desse projeto, que envolveu alguns dos maiores linguistas e jovens pesquisadores brasileiros, que gravaram falantes cultos das cinco maiores capitais do Brasil, mostraria, a partir dos inúmeros estudos com base nas documentações, que os falantes “cultos” não se diferenciam dos “não cultos” (no sentido que aqui carrega esse adjetivo) no que diz respeito à sintaxe. O único traço que mostra diferença significativa entre as variedades letradas e as não letradas está nos índices de concordância verbal e nominal, um fenômeno de natureza social, de baixa ocorrência na amostra NURC; por isso mesmo, é o único traço sujeito a estigma nas áreas urbanas. Nas áreas rurais, este é um marcador regional, não sujeito a avaliação negativa. Dois outros traços variáveis na amostra NURC - o sistema de tratamento (*você/tu*) e o uso dos pronomes reflexivos (ambos sujeitos a

² As cinco capitais mais populosas do país então gravadas foram Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS). Trata-se de um acervo precioso, que inclui três modalidades de entrevistas: (a) entre documentador e entrevistado, (b) entre dois entrevistados e (c) elocuições formais, como gravações de aulas e palestras. Algumas dessas capitais gravaram novas amostras a partir dos anos 1990 para estudos da variação e mudança em tempo real de “curta duração” (Labov 1994).

variação diatópica) não têm distribuição diferente entre os falantes cultos e não cultos.³

Alguns resultados para a ocorrência de sujeitos pronominais expressos, de clíticos acusativo e dativo, para referência à terceira pessoa, e do clítico indefinido, para indeterminação do sujeito agentivo, na fala culta e na escrita standard do português europeu e do português brasileiro podem ser vistos em Duarte (2020a; 2020b). Os resultados para a fala culta brasileira são praticamente idênticos aos da fala “não culta”, ou seja, daqueles que não foram além do Ensino Médio.⁴ O número de fenômenos analisados a partir da amostra NURC é imenso e sempre revelador do fato de que o letrado brasileiro não leva para sua fala espontânea a segunda gramática que ele aprende na escola e por meio do contato com a leitura. Os entrevistados mais velhos dessa amostra (acima de 55 anos nas primeiras gravações) ainda utilizam aqui e ali sujeitos referenciais nulos, aqui e ali um clítico indefinido (*se*), um clítico acusativo e, rarissimamente, um clítico dativo. O quadro de pronomes reflexivos tônicos (*consigo*) já aparece com a forma preferencial, que consiste no uso da forma nominativa seguida de *mesmo(s)* (*com ele(s) mesmo(s)*). A colocação pronominal é francamente proclítica. Todos esses traços já se encontram em franco processo de implementação na escrita, como mostram Duarte, Gomes e Paiva (2018); Duarte (2020a, b), entre outros. Na seção 4 deste artigo voltaremos a esse ponto.

2.3. O que dizem as peças de teatro portuguesas e brasileiras escritas ao longo dos séculos XIX e XX

Análises diacrônicas de peças de teatro popular,⁵ escritas no Brasil e em Portugal ao longo dos séculos XIX e XX, permitem algumas observações importantes: as peças brasileiras revelam uma gramática muito semelhante à europeia no século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, no que diz respeito a inúmeros fenômenos, mas, a partir dos anos 1930, começam a se separar. Em relação ao sujeito pronominal, com a gramaticalização de *você* no PB (Lopes 2002), começa a crescer o uso do pronome sujeito preenchido

³ Uma reunião de inúmeros estudos contemplando a distribuição do tratamento (*você/tu*) no português brasileiro pode ser encontrada em Scherre, Andrade, Dias e Martins (2015). Sobre a distribuição dos clíticos reflexivos e dos anafóricos acusativo e dativo, ver Duarte e Ramos (2015).

⁴ Outra importante amostra da fala carioca, gravada nos anos 1980 e, posteriormente nos anos 1999/2000, pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), com falantes sem o curso superior, além de inspirar diversos projetos pelo país, tem ajudado a mostrar a semelhança na sintaxe do português brasileiro em todos os níveis de escolaridade a partir da análise da sintaxe carioca.

⁵ O rótulo “peças de teatro de caráter popular” inclui comédias de costumes, que tratam do cotidiano de forma às vezes bastante irreverente, às vezes satírica e até mesmo sentimental. São comuns críticas políticas e sociais de forma indireta. Trata-se de textos leves, que têm se provado muito úteis para capturar uma variedade de fala mais espontânea. Os resultados das primeiras análises com a amostra brasileira estão em Duarte (2012).

(Duarte 2018 [1993]) e nas peças em que o pronome *tu* convive com *você* já começa a surgir a mistura de tratamento, em que as formas verbais do imperativo se confundem e o tratamento *você* se combina com as formas átonas, tônicas e possessivas do paradigma de *tu* (*te, ti, contigo, teu*) (Lopes *et al.* 2018; Ribeiro, 2021, entre muitos outros). A partir nas peças dos anos 1950 e 1970, o curso da plena gramaticalização do Sintagma Nominal *a gente* (Lopes, 2003, entre outros) já começa a enfrentar o pronome *nós* e o supera nas peças escritas na década de 1990.⁶ A apócope da desinência verbal de segunda pessoa do singular, certamente um traço da aquisição no Brasil, desde a colonização, já é a norma nas peças dessa mesma década (*tu fez, tu disse*). Ainda em relação à expressão do sujeito, desta vez relacionado à sua ordem em relação ao verbo, Nicolau de Paula (2016) mostra o mesmo quadro no que diz respeito às interrogativas-Q. A autora mostra o mesmo retrato que vai se desenhando para cada fenômeno aqui mencionado: os resultados para o português europeu mostram a estabilidade com a preferência por QV (sujeitos nulos) e QVS, com o sujeito expresso) e raros casos de QSV. Quanto ao português brasileiro, após grande semelhança com o europeu, justamente a partir dos anos 1930, há um avanço de QSV (i. e. a perda da inversão e do sujeito nulo), que chega a 92% nos anos 1990, enquanto o sujeito nulo alcança 5% e a ordem QVS, 3%.

Ainda em relação a fenômenos que envolvem a mudança em direção a sujeitos expressos no português do Brasil, temos, com base nas mesmas amostras, estudos contrastivos sobre as construções com verbos de alçamento (Henriques 2013) e a competição entre *haver* e *ter* existenciais (Marins 2013). Enquanto a análise de Henriques mostra que o português do Brasil prefere alçar o sujeito da oração encaixada evitando um sujeito expletivo nulo (0_{expl} parece que...), o estudo dos verbos existenciais mostra a estabilidade de *haver* em Portugal como o único verbo existencial (com uma ocorrência marginal do inacusativo *existir*), enquanto o português brasileiro mostra o predomínio de *haver* até os anos 1930. A partir dos anos 1950, a curva em favor de *ter*, até então, de uso inexpressivo, inicia sua subida, alcançando 83% na última sincronia. O verbo *ter* passa a assumir no português do Brasil o papel de um verbo “funcional” para a expressão da existência (Avelar 2006). Ambos os fenômenos estão relacionados à posição do sujeito. No caso da preferência por *ter*, não há como não relacioná-la à possibilidade de uso pessoal desse verbo como existencial (*Eu tenho uma copiadora perto de casa, que faz cópia baratinho*).

Diante dessas observações, podemos pensar que a mudança no quadro pronominal seria a única responsável pela emergência de uma gramática

⁶ Em Lopes e Brocardo (2016) o leitor encontrará, além de importantes referências sobre a entrada de *você* e *a gente* no paradigma do PB bem como um relato detalhado sobre o processo de gramaticalização das duas formas nominais, que estaria muito avançado no PB do que no PE.

brasileira que se separaria da de Portugal nas peças escritas a partir dos anos 1930, refletindo mudanças ocorridas em períodos anteriores. Mas isso não é verdade. As peças mostram mais.

Com base na mesma amostra, Duarte, Cardoso, Fernandes e Marques de Sousa (2021) encontram curvas semelhantes para o uso dos clíticos indefinido (*se*), e acusativo e dativo (de 3ª pessoa), chegando à última sincronia analisada com 4%, 2% e 3% de ocorrências para cada clítico, respectivamente, com alto índice de formas nominativas em substituição ao clítico indefinido (*eles* para referência arbitrária, e *você/tu* e *a gente* para referência genérica), e acusativos e dativos nulos ou SPs, para suprir a ausência dos dois clíticos anafóricos. O português europeu exibe índices de 48%, 52% e 76% desses três clíticos, respectivamente. Concorrendo com os clíticos, aparecem pronomes nulos (*eles*, *tu*, *nós*), no caso da referência indefinida/indeterminada, e ocorrências de complementos nulos ou SPs.

O uso do pronome nominativo em função acusativa, completamente ausente no português europeu, não é expressivo na amostra do Brasil, tampouco. Com apenas 4% nas peças analisadas, esses dados exibem a preferência por referentes com o traço [+humano], confirmando diversas pesquisas anteriores e a hipótese defendida por Cyrino (2019), entre outros estudos da autora. Esses resultados nos permitem confirmar a hipótese aqui defendida, segundo a qual esses clíticos, diferentemente dos dêiticos *me*, *te*, os únicos presentes nos dados disponíveis na aquisição do português brasileiro, seriam também elementos flexionais, tal como as desinências verbo-nominais, cuja ausência configura um sistema de concordância fraca (Galves 2019; Nunes 2019).

Todos esses fenômenos foram e têm sido estudados em amostras de língua falada e os resultados, por todas as regiões do Brasil, revelam a mesma distribuição, excetuando, repito, o uso de marcas de concordância (de distribuição social), o sistema de tratamento (*você/tu*) e o paradigma de clíticos reflexivos (ambos de variação diatópica). O único fenômeno ainda sujeito a estigma nas áreas urbanas é a não realização de marcas de concordância, extremamente variável na performance do indivíduo e muito bem descrito por Naro e Scherre (2003) entre inúmeros outros estudos, que revelam um sensível aumento no uso de marcas em amostras de uma mesma comunidade de fala carioca em momentos separados por um lapso de pelo menos uma geração (estudo de “tendência”), e pelos mesmos falantes recontactados depois de um mesmo lapso de tempo (estudo de “painel”). Seus resultados mostram ainda que, independentemente da mudança no nível de escolaridade entre os dois momentos, tanto as duas comunidades analisadas quanto os falantes recontactados aumentaram o uso de marcas de concordância. Tendo em mente esses fatos, podemos dizer que a polarização linguística a que se refere Lucchesi (2015) está mesmo centrada na concordância e, a julgar por pesquisas

recentes (se veja os resultados de Vieira e Brandão (2017), entre outros) essa polarização tende a ser minimizada.

O que nos revelariam essas peças sobre as duas gramáticas do português? Em relação ao português europeu, existe uma grande estabilidade, no que diz respeito a um sistema de sujeitos nulos “consistente” (Roberts e Holmberg 2010) e um sistema de clíticos robusto e estável. O português brasileiro, por outro lado, passa a exhibir, ao longo do tempo, direções opostas, rumo a sujeitos expressos e clíticos não dêiticos ausentes. Poderíamos dizer que aquela gramática que as peças exibem nas primeiras sincronias é genuinamente brasileira? Ouso dizer que não. Ouso dizer que, a julgar pelos baixos índices de escolarização na época, esses textos não se aproximam da gramática brasileira; eram produzidos por indivíduos letrados e dirigidos a uma porção muito pequena da população, com acesso a letramento em casa, em se tratando de mulheres de classe média alta, e de homens com alguma função na administração pública. Não fosse assim, as peças não seriam entendidas. E foi essa gramática encontrada nas peças portuguesas, que revelam o português europeu moderno, a que serviu de modelo e ainda é usada, apesar de protestos daqueles que consideram esse modelo anacrônico um obstáculo ao ensino nos dias atuais (Faraco 2008). Quanto ao que se vê a partir dos anos 1930 e 1950, quando as peças brasileiras vão se divorciando da gramática europeia, temos um testemunho de que os autores, ainda que submetidos na escola às mesmas normas exógenas e capazes de utilizá-las, começam a escrever suas comédias usando sua própria gramática, meio de conectá-los a seu público. Esta é razão pela qual considero as amostras de peças, como as que são utilizadas nas pesquisas aqui mencionadas (Duarte 2012) e nas análises contrastivas sobre um número expressivo de fenômenos (Duarte e Orsini, em preparação), um valioso material para a história da sintaxe do português brasileiro.

3. Algumas consequências do enfraquecimento da concordância

Como foi dito na introdução a este artigo, o enfraquecimento da categoria funcional Concordância (Agr), que aqui se restringe não só às flexões de número e pessoa verbais, decorrentes da inserção de novos pronomes no quadro nominativo brasileiro, mas também à extinção do clítico indefinido *se* e dos clíticos anafóricos (*o(s)/a(s)* e *lhe(s)*). Para Galves (2019, p.129), o decréscimo de sujeitos nulos e o aumento de objetos nulos no PB, entre outros fenômenos, deve ser consequência do enfraquecimento da concordância, com a inserção de *você* e sua neutralização com *tu* no paradigma pronominal do PB, usado sem a marca distintiva de concordância número-pessoal <-s>, “como mostram pesquisas sobre a sócio-história das formas de tratamento, bem como os trabalhos sobre o efeito do contato na emergência do PB” (.), mas esta seria

“uma explicação parcial, que deve ser inserida num quadro mais amplo de perda de morfologia associada à aquisição do português no Brasil como segunda língua”. A autora propõe um modelo em que um morfema de concordância fraco não corresponde a uma categoria funcional Agr, mas a traços abstratos de concordância associados a T(ense), numa categoria complexa T-Agr. Interessa-nos aqui a menção que Galves faz aos pronomes de 1ª e 2ª pessoas que permaneceram no sistema e foram reanalisados como “pronomes plenos” (sintagmas), não sendo mais núcleos que se movem para Agr, o que está em consonância com o que mostramos neste artigo, sobre o comportamento dos clíticos dêiticos. E, embora a autora só mencione o clítico acusativo de 3ª pessoa, podemos estender sua proposta aos três clíticos, focalizados neste artigo, excluindo os de 1ª e 2ª pessoas. Para Nunes (2019), que trata o clítico acusativo como um elemento de concordância do objeto direto no referido texto, sua hipótese (comunicação pessoal) é “que houve um enfraquecimento de concordância transcategorial em PB, mais especificamente afetando núcleos de fase: C, v e D”. Para o que interessa à nossa proposta, o autor diz que o enfraquecimento em C teria resultado na perda do sujeito nulo do PB e o enfraquecimento em v teria ocasionado a perda de acusativos e dativos de terceira pessoa.

Tal enfraquecimento de concordância teria como consequências a remarcação de Parâmetros da Gramática, tornando o PB um sistema [-Sujeito Nulo], [+Objeto Nulo], entre outros efeitos superficiais ligados ao Parâmetro do Sujeito Nulo. No entanto, além da remarcação do valor de parâmetros, temos evidências de que a emergência de certas estruturas não associadas ao feixe de propriedades que caracterizam, por exemplo um Sistema [-Sujeito Nulo], deve estar relacionada à orientação para o discurso (Pontes 1987; Kato e Duarte 2008; Kato e Duarte 2018, entre outros) quando levamos em conta um novo padrão de sentenças pessoais, e, principalmente, algumas estratégias para evitar um sujeito expletivo nulo em sentenças impessoais. Poderíamos então levantar a hipótese de que as estruturas observadas seriam efeitos superficiais da mudança numa única categoria funcional.

3.1. Pronomes pessoais no português europeu e no português brasileiro

O quadro de pronomes pessoais pronomes pessoais no português europeu e nas gramáticas tradicionais brasileiras não tem diferenças. Ambos excluem o pronome *você* e incluem o pronome *vós*. A ausência de *você* no quadro do Português europeu é “sintomática”: sua expressão não parece ainda plenamente gramaticalizada no português europeu. Seu uso é extremamente complicado no PE. Bacelar do Nascimento, Mendes e Duarte (2018) e Bacelar do Nascimento (2020), mostram que *você* em PE tanto pode ser uma forma de tratamento ofensiva como uma forma respeitosa ou familiar (regionalmente ou

socialmente marcada). Entre pessoas cultas e entre os mais velhos, o uso de *você* implica uma relação simétrica; mas também se usa num tipo de relação assimétrica, de superior para o inferior e jamais o contrário. Há, entretanto, preferência pela omissão do pronome (*disse-me que gostou da viagem*) ou por sua substituição por uma forma de tratamento (*o senhor, a senhora disse-me que gostou da viagem*) ou pelo nome do interlocutor (*A Maria disse-me que gostou da viagem*)⁷. Quanto ao pronome *vós*, este se encontra em desuso no PE, embora ainda seja atestado em dialetos setentrionais e do Centro de Portugal (Aguiar e Paiva 2017), e no discurso literário e oral, formal ou solene. O uso de *vocês*, para a segunda pessoa do plural, ao contrário do que ocorre com a forma singular *você*, é usual; no entanto, é frequentemente atestado em combinação com clíticos, pronomes tônicos e possessivos do paradigma de *vós* (*vos, convosco, vossos*) (*e vocês, peguem vossos casacos...*), o que reforça a permanência de *vós* no paradigma pronominal do PE. No caso do PB, o pronome *você*, um legítimo pronome, que predomina no Sudeste e em todo o centro-oeste, sem contar sua coexistência com *tu* em regiões do Norte e Nordeste, e do Sul (Scherre *et al.* 2015), é inexplicavelmente ignorado nas gramáticas e livros didáticos.

Quanto à primeira pessoa do plural, as gramáticas do PE exibem o pronome *nós*, passando ao largo de *a gente*, forma nominal que, aparentemente, ainda guarda traços da sua origem nominal no PE, podendo aparecer modificado (*a gente desta terra, a gente que vive aqui*), o que evidencia a maior lentidão no processo de sua pronominalização; no PB, por outro lado, a forma não aparece, embora esteja plenamente gramaticalizada e supera o pronome *nós* na língua oral (Lopes e Brocardo 2016, para um relato mais detalhado sobre a gramaticalização de *você* e *a gente* no PB e no PE). Vemos, assim, que o quadro de pronomes pessoais do PE é muito mais próximo daquele efetivamente usado em terras lusitanas do que o do PB, muito distante do que se usa no Brasil.

Ora, se consideramos o paradigma acima descrito para o PB, em que *você* entra em competição com *tu*, que perde a desinência distintiva <-s>, e que o pronome *a gente*, também combinado com a forma verbal com desinência zero, temos um quadro bem reduzido em número de oposições (a 1a.p.s <-o/ei> em oposição à 2a.p.s, 3a.p.s e 1a.p.s). Considerando ainda uma variação de natureza social, que pode levar à redução do ditongo nasal [ãw] (*falam ~ fala*) na 2a. e 3a. p.p., uma simplificação que pode ter sido muito mais frequente no Brasil colonial, teríamos um paradigma que pode desencadear a perda do sujeito referencial nulo como forma de realização *default* no PB, que é o que ocorre no italiano, no espanhol peninsular (e, acreditamos, sulamericano) bem

⁷ Lopes (2021) traz os primeiros resultados de investigação, com base em cartas oitocentistas, sobre o porquê de um pronome derivado de uma forma de tratamento com tanto prestígio (Vossa Mercês) teria assumido esse valor negativo em Portugal. O fato é que nas análises da fala lusitana, são raríssimas as ocorrências de *você* expresso.

como no PE. Nossos resultados em Duarte (1995; 2019) para o PE, em Marins (2009) para o italiano, em Soares da Silva (2011) para o espanhol, e na análise comparativa com base nos paradigmas flexionais para essas variedades em Duarte e Soares da Silva (2016), são eloquentes nesse sentido. O resultado imediato desse enfraquecimento está na emergência de um paradigma de pronomes fracos (Kato 1999), já que a concordância perde seu valor pronominal, antes capaz de licenciar e identificar um sujeito nulo, como veremos a seguir.

3.2. Algumas consequências do enfraquecimento da concordância no PB em relação ao sujeito pronominal

A partir de análises quantitativas com base em amostras do PB e PE gravadas em 2009-2010⁸ apresentamos inicialmente alguns resultados para a representação do sujeito pronominal no PB (Duarte 2019). Os exemplos em (1) mostram a preferência por sujeitos pronominais expressos nas três pessoas do discurso:

- (1) a. **Eu** acho que **eu** não consigo terminar. (80% de sujeitos expressos)
- b. **Você** me disse que **‘cê** tá morando em Copacabana. (90% de sujeitos expressos)
- c. [**Os pais**]_i passam aos filhos o que **eles**_i têm, né? (72% de sujeitos expressos)

Considerando os percentuais encontrados em Duarte (1995) para a fala carioca, com amostra gravada em 1992, vemos que a 2ª pessoa está estacionada em 10% de sujeitos nulos. Trata-se de casos de perguntas, em que o sujeito é pragmaticamente identificado e pode ocorrer mesmo em Línguas [-Sujeito Nulo], como o inglês. Quanto à 1ª e a 2ª pessoas, vemos um aumento de sujeitos preenchidos, que ainda ocorrem em todos os padrões refinados no texto de 2019, tanto em contextos iniciais ou encaixados. A 1ª pessoa, avança mais rapidamente no sentido do preenchimento do que a 3ª, mas os percentuais já indicam uma mudança a caminho da completude. O padrão em que os índices de nulos são os mais baixos é aquele em que o antecedente está numa adverbial anteposta, uma relação de anti-c-comando:

- (2) Se [**o ladrão**]_i é um pouco esperto, **ele**_i vem pra cá. Não atrapalha.

Um outro aspecto digno de nota nesse processo é o desenvolvimento de um pronome pessoal com o traço [-animado] no PB, uma característica que o afasta das irmãs românicas, como o italiano e o espanhol peninsular, que não têm um

⁸ As amostras fazem parte do Projeto COMPARAPORT, disponíveis em: <https://corporaport.letas.ufrj.br/> (acessado em 15.01.2013).

pronome nominativo com esse traço (se o pronome é nulo, ele é representado por um demonstrativo):

(3) Você não pode fazer nada sem [**política**]_i; então **ela**_i é um problema.

Acompanhando os sujeitos referenciais definidos, temos sujeitos indeterminados preferencialmente expressos por pronomes nominativos, uma consequência do desaparecimento do clítico indefinido *se*. Nossos dados, retirados da mesma amostra (Duarte e Marins 2021), mostram, para os indeterminados de referência arbitrária (em que o falante não está incluído), o uso da 3ª pessoa do plural, com preferência pelo pronome expresso, o clítico *se* e um nulo arbitrário com o verbo na 3ª pessoa do singular, com a seguinte distribuição:

- (4)
- | | |
|--|--------|
| a. Agora que eles ‘tão arrumando tudo... É muito difícil... | |
| (91,3%) | |
| b. Hoje, tudo que se pede é um segundo grau, né? | (4,1%) |
| c. Olha, na televisão Ø _{arb} fala _{3ps} muito isso. | (4,6%) |

Quanto aos indeterminados de referência genérica (em que o falante e o interlocutor podem estar incluídos), encontramos os pronomes *você/tu*, sujeitos a variação regional, o clítico *se*, e o nulo genérico com o verbo na 3ª pessoa do singular (5c, d), com a seguinte distribuição:

- (5)
- | | |
|---|---------|
| a. Se você não tiver sonho, tu não é nada (<i>você/tu</i>): | (93,1%) |
| b. É o que mais se vê aí fora... violência, né? | (3,2%) |
| c. Ø _{gen} tá _{3ps} precisando de políticos mais sérios. | (3,7%) |
| d. Pra beber Ø _{gen} tem _{3ps} que ter noção. | |

Os resultados deixam clara a preferência por formas nominativas e a obsolescência do clítico indefinido *se*. No entanto, o surgimento de um sujeito nulo arbitrário ou genérico, de certa forma contradiz o curso de uma mudança em direção a sujeitos expressos. Podemos argumentar que são marginais ou que podem ser reduções de formas na 3ª pessoa do plural (Na televisão *falam* muito isso) ou variantes de pronomes genéricos (*você/a gente* está precisando de políticos sérios / pra beber, *você/a gente* tem que ter noção). Não incluímos aqui outras formas de indeterminação genérica com os pronomes *nós* (17,5%) e *a gente* (80,4%) também atestados na amostra. Como se poderia esperar, no PB, o pronome *a gente* é predominante também para a referência genérica.⁹

⁹ Devemos a Egerland (2003) a distinção entre referência arbitrária e genérica. Neste texto apresentamos três grupos, um para referência arbitrária e dois para a genérica. Marins, Soares da

Juntamente com sujeitos definidos e indeterminados preenchidos, observamos no PB a emergência de redobro do sujeito (também referida como sujeitos deslocados à esquerda), para os quais Pontes (1987) chamou primeiramente a atenção. Esta era a mais frequente, entre as construções de tópico atestadas pela autora na fala do dia a dia, de modo assistemático. O que para Pontes era um sinal de que o PB seria uma língua com proeminência de tópico. Em Duarte (1995), a emergência dessa estrutura seria uma evidência do “encaixamento” da mudança, no sentido que a Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich, Labov e Herzog 1968) dá ao termo. Trata-se de efeitos ‘colaterais’, provocados por uma mudança no sistema, como numa cadeia. De fato, numa língua [+Sujeito Nulo], como o italiano, o espanhol e o PE, que preferem o sujeito nulo a menos que haja razões de natureza funcional para sua expressão, seria estranho encontrar sujeitos ‘dobrados’ ou ‘duplicados’. Por outro lado, se o PB estava se encaminhando para uma gramática [-Sujeito Nulo], tal estrutura poderia surgir, exatamente como se observa no francês, que se tornou uma gramática [-Sujeito Nulo] e que tem frequência razoável de sujeitos deslocados na fala (*moi, je; Marie, elle*), como mostram Barnes (1986) e Avanzi (2011). Ao contrário do que ocorre no francês, porém, o elemento que aparece deslocado e retomado por um pronome fraco (que ocupa a posição de sujeito) sofre muito poucas restrições no PB e é preferencialmente de 3ª pessoa (no francês os deslocamentos de 1ª pessoa são os mais frequentes). Os exemplos em (5) mostram um DP com o traço [-animado] e um indeterminado (a grafia do pronome deslocado com maiúsculas mostra um pronome forte, em oposição ao que ocorre na posição estrutural do sujeito, um pronome fraco):¹⁰

- (6) a. Eu acho [que [TopP **essa área de programação visual**]_i [TP **ela**]_i é um pouco mais difícil.
b. [TopP **VOCÊ**]_i [CP quando você viaja [TP **você**]_i passa a ser turista...

Silva e Duarte (2017) usam um conjunto de traços, para os três grupos – [+3a. pes./+pl], [3a. p./+sg] e [+1a. pes./+ pl]. Holmberg e Phimsawat (2017) propõem a tripartição: referência exclusiva, inclusiva e semi-inclusiva, respectivamente.

¹⁰ Para uma análise de uma análise empírica do redobro do sujeito a partir da amostra até aqui referida com uma proposta de formalização à luz da abordagem cartográfica (Cardinaletti 2004; 2014) ver Rezende dos Reis (2023).

3.3. Outras estruturas afetadas pelo enfraquecimento da concordância

Nas línguas românicas [+Sujeito Nulo] a ordem Verbo Sujeito costuma ser usual se a sentença é apresentativa ou o sujeito é um foco. Entre os verbos que melhor refletem essa característica estão os inacusativos, ilustrados em (7). Se a sentença é totalmente nova (*o que aconteceu?*) ou responde a uma pergunta (*quem entrou?*), línguas românicas de sujeito nulo certamente preferem a estrutura em (7a), enquanto, um sujeito esperado ou dado no discurso, seria alçado da sua posição original, a de um argumento interno, para o especificador de TensePhrase (ou a posição estrutural do sujeito), como em (7b):

- (7) a. [TP \emptyset_{exp} entrou [DP uma enfermeira]]
 b. [TP [uma enfermeira]_i entrou [t]_i]

Se, entretanto, a estrutura do DP tem um genitivo, encontramos no PB três possibilidades: a ordem SV (apresentativa), a ordem SV e o alçamento do genitivo para o especificador de TP:

- (8) a. [TP [\emptyset_{exp} rachou [DP a tela do meu celular]]
 b. [TP a tela do meu celular]_i rachou [t]_i]
 c. [TP [(o) meu celular rachou [a tela [t]_i]]]

Ora, se temos observado de maneira sistemática a ordem VS e a SV, com sensível redução da primeira, e mostrado de modo assistemático a ocorrência do alçamento genitivo, também apontado por Pontes (1987), ainda não tínhamos uma análise que observasse as três possibilidades em variação. Isso foi feito a partir de *sites* de reclamação brasileiros. Os resultados de Duarte e Fernandes (2016) são os seguintes: para as estruturas em (7), os 115 dados com um DP simples mostravam 28% de V DP e 72% de DP V, confirmando a mudança da ordem no PB. Quanto às 128 estruturas em (8), contendo um modificador genitivo, foram atestados 4% de V DP (8a), 38% de DP V (8b) e 58% de GEN V DP (8c). Isso significa que, em vez de preferir todo o sujeito em primeira posição, o PB prefere que o elemento proeminente, neste caso o genitivo, encabece a sentença.

O alçamento de locativos também notado por Pontes, é atestado com verbos inacusativos e verbos climáticos:

- (9) a. [TP [\emptyset_{exp} nasceu um pé de jambo no meu vaso]]
 b. [TP [Meu vaso]_i nasceu um pé de jambo [t]_i]
 (10) a. [TP [\emptyset_{exp} Venta muito por essas janelas]]
 b. [TP [Essas janelas]_i ventam muito [t]_i] (*apud* Pontes, 1987)
 (11) a. [TP [\emptyset_{exp} Chove muito nas florestas tropicais]]

b. [_{TP} [As florestas tropicais]_i **chovem** muito [*t*]_i]

Passamos então para os verbos impessoais. Além das construções com VS e daquelas com verbos climáticos, é curiosa a substituição de *haver* por *ter* no PB. Com o existencial *haver*, não temos como satisfazer uma mudança em curso (projetar e preencher a posição estrutural do sujeito). Com a substituição de *haver* por *ter*, o problema deixa de existir. Vejamos os exemplos a seguir de Marins (2013):

- (12) a. [\emptyset_{expl} Tem leite [na porta da geladeira]. (PE= \emptyset_{expl} há leite....)
b. [Na porta da geladeira]_i tem leite [t]_i.
c. [A porta da geladeira] tem leite [t]_i.
d. [A geladeira]_i tem leite [na porta t]_i.

Segundo Avelar 2006; Avelar e Callou 2007 e Marins, 2013, o surgimento de *ter* existencial segue a implementação dos sujeitos pronominais expressos e nós temos razão para dizer que não se trata de uma coincidência. Como primeiro passo nós temos a remarcação do valor do PSN associada a mudanças na concordância; como segundo passo, temos a implementação de sentenças existenciais com *ter*, que aceita o alçamento de constituintes não argumentais para a posição estrutural do sujeito. O verbo *ter* mantém seu uso como verbo de posse, mas assume um papel gramatical como verbo existencial no PB.

São muitas as estratégias observadas na fala espontânea que exibem um constituinte alçado para a posição antes de V, particularmente com estruturas com um expletivo nulo. São muitas as estruturas observadas na fala espontânea que revelam uma tendência a mudar a transitividade de alguns verbos inacusativos, que ilustraremos na seção 4. A observação da competição entre sujeitos expletivos nulos¹¹ e estratégias para evitá-los poderia ter algumas explicações. Kato e Duarte (2003) propõem que a mudança paramétrica ocorre nas interfaces. Na Forma Lógica, o princípio “Evite Pronome” funciona nas línguas de sujeito nulo. No caso de línguas como o PB, a restrição seria mais específica: “Evite pronomes não-referenciais”. Na Forma Fonética, as línguas teriam filtros relacionados ao seu ritmo. A fim de dar conta da preferência por formas com o alçamento para a posição de sujeito expletivo, as autoras propõem outra restrição: “Evite V em posição inicial”. Essa restrição semântica e rítmica viria a aparecer em outros trabalhos das autoras, entre os quais Kato e Duarte (2018; 2021).

Outra hipótese, que não elimina a anterior, levantada nas orientações de Duarte sobre as construções de tópico marcado partir do fato de que línguas com proeminência de tópico **não têm itens lexicais sem conteúdo semântico**

¹¹ Como mostramos na seção 3.2, os sujeitos referenciais nulos, ainda que cada vez menos frequentes, são atestados e significam resíduos da mudança em curso.

(Li e Thompson 1976). Isso explicaria o não desenvolvimento de um expletivo lexical, que surgiram no inglês e no francês. Assim, Kato e Duarte (2008, 2014, 2017) e Duarte (2017) defendem que a ausência de expletivos e as operações de alçamento de itens lexicais para a posição de expletivos nulos estariam relacionadas ao fato de que o PB, língua de sujeito nulo proeminente teria se tornado uma língua com proeminência de sujeito e de tópico, no sentido de Li e Thompson (1976). Com sujeitos referenciais expressos, graças à expansão do uso de pronomes fracos que vieram substituir nossa morfologia flexional, e com sujeitos não referenciais preenchidos, não por um expletivo lexical, que é bloqueado nas línguas com proeminência de tópico, mas por algum item referencial, que satisfaz o EPP (Avelar e Galves 2011; Kato e Duarte 2017, entre outros) e não desobedece a orientação para o discurso. Isso leva a presumir que estamos testemunhando uma etapa na trajetória do PB, que pode conduzi-lo a um outro tipo de língua [-Sujeito Nulo]: com sujeitos referenciais expressos, graças à expansão do uso do nosso paradigma de pronomes fracos, que vieram substituir nossa morfologia flexional (o que fica também evidente na ocorrência irrestrita de sujeitos deslocados à esquerda) e com sujeitos não-referenciais preenchidos. A possibilidade de alçar elementos não selecionados para a posição de Spec, TP está em consonância com a hipótese de Avelar e Galves (2011), segundo a qual no PB, o Spec, TP é phi-independente, ou seja, aceita elementos não selecionados pelo predador na posição estrutural de sujeito.

Terminamos esta seção concluindo que, a partir de evidências sincrônicas e diacrônicas apresentadas, o PB oral revela uma gramática bem distante da gramática do PE – com a preferência por sujeitos pronominais (definidos e indeterminados) expressos e com um paradigma defectivo de clíticos não dêiticos (*me, te*), os únicos a se manter robustos nos dados de fala a que a criança é exposta na aquisição.

4. Da fala para a escrita do letrado brasileiro

Diante do que apresentamos na seção 2, sobre a codificação na norma escrita no Brasil, que acabou por não sofrer modificações ao longo do tempo, a não ser as que se referem à ortografia – como se essas fossem características relevantes para manter um “unidade” da língua – passaremos agora a mostrar algumas estruturas da fala e da escrita contemporânea, com alguns dados relativos à implementação de traços brasileiros na escrita *standard* (ou padrão), acrescidos aos apresentados em Duarte (2020a, b). Mostraremos ainda estruturas que não se conformam à gramática do PE, que serve de modelo ao ensino, e nem à do PB. Algumas delas são consequência das mudanças aqui relatadas, outras são evidências do descompasso entre norma prescrita e uso,

além da absoluta falta de intuição do falante brasileiro perante uma norma exógena. A tais estruturas na gramática do letrado, Kato (2005) se refere como “arbitrariedades”.

Apresentamos aqui os resultados para a análise do PB referida na seção 2, agora comparados com os que obtivemos para o PE (Duarte 2019)

PESSOA	PE		PB	
1a.	423 / 1027	41%	768 / 959	80%
2a.	12 / 40	30%	63 / 70	90%
3a.	314 / 960	32%	852 / 1.183	72%
Total	749 / 2.027	37%	1683 / 2.212	76%

Tabela 1
Sujeitos pronominais expressos (vs nulos) no PE e no PB orais.

O comportamento do PE exhibe índices baixos de preenchimento, com a 1a pessoa alcançando 41%, uma característica comum às línguas românicas [+Sujeito Nulo]. Para Marins (2009), isso ocorre quando o falante se reintroduz no discurso. A 2a. e 3a pessoas têm percentuais mais baixos. No caso da 3a, o sujeito expresso ocorre nos contextos em que seu antecedente se encontra em uma função distinta ou distante. O PB, por outro lado, já apresenta percentuais que revelam a remarcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo. Note-se, porém, que, excetuando a 2a pessoa, em que os nulos estão estacionados em 10% nas diversas análises elaboradas, a 1a e a 2a ainda exibem sujeitos nulos residuais, que vão diminuindo a cada análise. Isso nos impede de incluir o PB entre as línguas de sujeito nulo parcial (Duarte e Marins 2021). A mudança continua em curso.

Quanto à escrita standard, já é possível encontrar metade dos dados de 3a pessoa com sujeitos expressos (Duarte 2007). Alguns exemplos da escrita contemporânea, retirados do jornal mais lido do país, dirigido a leitores de classe A, mostram a implementação de pronomes, que além de ocorrerem num padrão que favorece o sujeito nulo, exibem o traço [-animado], característica que contraria as línguas de Sujeito Nulo românicas:

(13) a Nota zero para [a série derivada de “Sexy and the City”]_i, no ar na HBO Max. **Ela_i** é toda uma grande decepção. (Notícias variadas sobre programas de TV - 21.01.2022)

b. [A expectativa de vida]_i está aumentando: se em 1940, no Brasil, **ela** era de 45,5 anos, hoje **Ø_i** bate os 76 anos. (Reportagem 30.04.2022).

Pode-se mesmo encontrar um sujeito indeterminado com o pronome indeterminado genérico *a gente* e, mais raramente um sujeito nulo arbitrário na escrita das crônicas no mesmo jornal:

(14) a. \emptyset_{expl} Tem muitos sentimentos para ocupar o lugar do ódio, **a gente** vai ter que reencontrá-los. (Crônica, 08.02.2022).

b. Mandrix era um remédio para dormir **que** \emptyset_{arb} **vendia** em farmácia sem receita, mas, se tomado em movimento, produzia efeito contrário: a pessoa ficava ligada mas num bem-estar absoluto, toda molinha, como se estivesse meio bêbada, cheia de amor pra dar. (Crônica 27.05.2022).

Além do uso de *ter* existencial, que já se implementa na escrita (14a), iniciando uma competição com *haver*, podemos ver o surgimento de estruturas que não fazem parte nem do PE nem do PB, mas podem ser explicadas pelo que mostramos nas sentenças de (9) a (12). Nos exemplos que seguem, temos duas estruturas com verbos impessoais que selecionam uma oração, cujo complemento é alçado para a posição do sujeito expletivo do verbo da oração principal:

(15) a. Perdidas no meio da confusão da prisão de Roberto Dias, **duas exclamações valem** ser lembradas. (Notas 20.07.2021) (\emptyset_{expl} vale [lembrar duas exclamações]).

b. Só que uma coisa é ganhar e outra é governar. **As políticas públicas** **urgem** ser implementadas por governantes que estejam à frente do país em 2023 exigirão um amplo debate social. (Editorial 13.01.2022) (\emptyset_{expl} Urge [implementar as políticas públicas]...).

Em relação ao paradigma de clíticos, vemos a tabela a seguir, também com dados do PE e PB, na fala e na escrita, a partir das análises de Duarte e Freire (2014):

CLÍTICO	PE		PB	
	FALA ESPONTÂNEA			
Indefinido	36/91	38%	26/321	8%
Acusativo	48/82	58,5%	4/77	5%
Dativo	29/33	88%	0/14	0%
	ESCRITA <i>STANDARD</i>			
Indefinido	181/264	69%	97/268	36%
Acusativo	197/217	90%	174/255	66%
Dativo	72/81	88%	40/127	31%

Tabela 2

Clítico indefinido *se*, e acusativo e dativo de terceira pessoa no PE e no PB.

Nota-se que os resultados para a fala estão próximos aos encontrados nas peças de teatro popular brasileiras, descritos brevemente na Seção 2. No PE, vemos um sistema robusto de clíticos e no PB, um quadro de clíticos agonizantes, com o dativo completamente ausente. Quando se observam os índices de clíticos na

escrita, o PE é ainda mais exuberante; quanto ao PB, vemos que a escola revela um sucesso relativo em relação ao clítico indefinido (36%) e ao dativo (31%), e um sucesso bastante expressivo quanto à recuperação do acusativo (66%). No entanto, já se implementam o objeto nulo neutro (categórico na fala), como em (16a), definido (16b), e o “ele” acusativo, quer com a função de objeto (16c, d), quer com a função de sujeito de orações infinitivas (complementos de verbos causativos, perceptivos e de permissão), que é marcado com caso acusativo (16e):

- (16) a. Quem ainda circulava pelas ruas, não [Ø]_i fazia por diversão. [circular pelas ruas]. (Crônica, 23.01.2022).
- b. “[A mais eficaz vacina contra as desigualdades sociais]_i é a Constituição de 1988. O que falta é aplicar [Ø].” (Notas curtas 11.06.2022)
- c. A Marina era amante d[o Afrânio]_i e o Tenente Bandeira matou ele_i. Ou os dois, não sei. (Crônica 23.01.2022).
- d. É porque mesmo nas terras mais longínquas, as pessoas conhecem [o rosto de Pelé]_i; e, conhecendo ele_i, conhecem também o Brasil. (Notas curtas 31.12.2022).
- e. Não ouvi [o Guedes]_i criticar os privilégios das aposentadorias dos militares, você ouviu [ele]_i lutar por aumento de verbas na educação? (Opinião 26.04.2021).

Além dessa implementação de traços da gramática brasileira, dois fenômenos podem servir para ilustrar o que destoa das duas gramáticas em questão. O primeiro é claramente fruto da falta de familiaridade com os clíticos da tabela 2. Assim, são frequentes as trocas do clítico dativo pelo acusativo e vice-versa:

- (17) a O custo em vidas humanas não o interessa. (Economia, 20.06.2021)
- b. ...a oportunidade de conectar com pessoas que acreditam em você, gostam do seu trabalho e que lhe animam e ensinam. (Crônica 03.12.2022)

Outra consequência está relacionada à sintaxe dos clíticos. De um lado, vemos a implementação de gramática brasileira, com o clítico em posição inicial e proclítico ao segundo verbo de complexos verbais:

- (18) a. Em resumo, se trocará um alívio momentâneo, por um dano duradouro. (Opinião, 28.05.2022)
- b. Acompanhei produção e filmagem, me indignei com a sabotagem empreendida pelo governo para inviabilizar a realização, festejei as premiações, me emocionei na exibição. (Opinião, 14.04.2022)
- c. O Brasil deve lhe agradecer por não retroceder ao tempo das trevas. (Opinião, 07.01.2023)

d. Até agora no entanto, Paulo Guedes tem o convencido a não mexer em nada. (L. Jardim, 05.06.2022)

Por outro vemos casos reveladores de que o falante de uma gramática eminentemente proclítica, a quem ensinam o uso de uma colocação que contradiz a sua norma, acaba por exibir uma terceira gramática, seja com a ênclise apesar dos atratores, como em (19):

(19) a...“isso tudo nos dias em **que lembrou-se** o primeiro aniversário da invasão do capitólio em Washington” (Opinião 09.01, 2022).

b ...dez meses depois estava no centro cirúrgico de Cleveland, **onde puseram-lhe** uma ponte de safena e uma mamária (Opinião, 09.01.2022)

c. A todos tenta mostrar como pensa, como age, quais são seus planos e **por que pode-se confiar** nele. (Ascânio Seleme 28,05.2022).

d. Não cabe a jornalistas nomear eras, mas **se fosse me dada** essa prerrogativa, batizaria essa nova era de República da Conciliação. (Opinião 31.12.2022).

e. O petista pediu o primeiro direito de resposta após ataque de Bolsonaro, **que havia o chamado** de "presidiário" e "mentiroso". (Opinião 29.10.2022).

No caso de (19d, e), vemos um uso do clítico acusativo proclítico a um participío, mesmo com um atrator. Ainda que a ordem brasileira seja a próclise ao segundo verbo, há um certo estranhamento em relação a esses clíticos com o participío. Mas, as estruturas mais estranhas são as que revelam um uso absolutamente ausente das línguas românicas, enclítico ao participío:

(20) A última mensagem que ela é de 25/10. Eu tinha avisado-a para ficar atenta e justamente ela acaba de confirmar que não recebeu nada. (Mensagem de professor universitário).

Finalmente, vemos na escrita o paradigma de reflexivos tônicos já distantes do modelo europeu, com a preferência pelos pronomes nominativos acompanhados de “mesmo”:

(21) a. A vida que conhecemos é uma obra de ficção criada pela **gente mesmo**. (Crônica, 14.01.2023)

b. Tanto o Ministério da Justiça quanto a Advocacia Geral da União foram instrumentalizados por Bolsonaro para defender **ele mesmo**, os seus três zeros e a sua turma. (Opinião 30.01.2021).

No caso de o jornalista desejar seguir o padrão, acaba por incorrer num uso que não reflete o padrão:

(22) Deixa claro seu desgosto pela vida sob os holofotes e diz que não quer ver a história se repetir com **si mesmo** e com sua mulher (consigo).

5. Considerações finais

Diante do que foi exposto, podemos concluir que o ensino do português brasileiro exige uma descrição ampla de sua sintaxe bastante variável. Insistir no modelo acrônico, a que se refere Faraco (2008) é levar o ensino ao fracasso. Segundo o autor, quando o acesso à escola era privilégio de poucos, a assimilação dessa segunda gramática era possível; entretanto, com a universalização do acesso à educação, esse modelo não faz mais sentido. Antes, ele prejudica enormemente o desenvolvimento do aluno.

Kato (2005) mostra semelhanças entre a aquisição de L2 e a aprendizagem da escrita pelos brasileiros, mas ressalta que “a natureza das regularidades e arbitrariedades observadas nesta última, são muito diferentes do que se vê em um bilíngüe *stricto sensu* tardio”. A gramática aprendida (G2) não tem a mesma natureza da G1 (a gramática nuclear). Antes, ela se encontra numa periferia marcada, maior do que a dos não letrados, ou seja, uma gramática constituída de fragmentos superficiais, diferente de uma gramática constituída pela fixação de parâmetros. A autora conclui que a G2 é constituída de “regras estilísticas”, e o fato de serem selecionadas de um acervo de construções originárias da Gramática Universal (GU), sejam elas parte de uma gramática obsolescente, venham elas de uma gramática exógena, sejam elas “arbitrárias”, tudo isso faz da G2 um sub-produto da nossa GU.

Nota biográfica: Maria Eugênia Lammoglia Duarte, doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Pesquisa. Estuda a variação e mudança sintática envolvendo o sistema pronominal das gramáticas do português em suas modalidades falada e escrita, associando a Sociolinguística Quantitativa e a teoria de Princípios e Parâmetros. Participa dos projetos “Programa de Estudos sobre os Usos da Língua”, “Norma Urbana Culta – RJ”, “Para a História do Português Brasileiro” e “România Nova”. Algumas de suas publicações recentes estão em *The handbook of Portuguese Linguistics*, em coautoria com Marta Scherre (Wetzels, Menuzzi and Costa, 2016); *The Morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*, com Humberto Soares da Silva (Kato and Ordóñez, 2016); *Studies on Variation in Portuguese* (Barbosa, Paiva and Rodrigues, 2017); *Temas da Língua Portuguesa: do pluricentrismo à didática* (Sônia Netto Salomão, 2020), *Gramática do Português*, v. III (Raposo et al, 2020), *Language Variation and Change across the Lifespan*, com Conceição Paiva e Gregory Guy (Beaman and Buchstaller, 2021), *Pluricentric Languages in the Americas*, com Christina Gomes e Conceição Paiva (Muhr et. al., 2022) e *A half century of Romance Linguistics*, com Mary Kato (Bullock, Russi and Toribio, 2023).

E-mail do autor: eugenia@letras.ufrj.br

Agradecimentos: Esta pesquisa conta com o suporte financeiro da bolsa de pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Referências bibliográficas

- Aguiar, J., Paiva, M. C. De. 2017, "*Vocês tenham cuidado, sois educadas para isso*": second person pronouns in Braga speech, in Barbosa P. Et al. (eds.) *Studies on variation in Portuguese*. John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, pp.135-152.
- Avanzi, M. 2011, *La dislocation à gauche em français spontané, in Étude instrumentale. Le français moderne no. 2*, Neuchatel & de Pris Ouest Nanterre
- Avelar, J. 2006, *De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de HAVER no português brasileiro*, in "Letras de Hoje", Porto Alegre: PUC-RS, 143, pp. 49-74.
- Avelar, J.; Callou, D. 2007, *Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais no português brasileiro*, in Castilho, A. et al. (eds.) *Descrição, História e aquisição do português brasileiro*. Pontes, Campinas, pp. 375-402.
- Avelar, J.; Galves, C. *Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu*, in, Costa, A. Falé, I. Barbosa, P. (eds.) *Textos Seleccionados: Actas do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 2011. p.49-65.
- Bacelar do Nascimento, M. F., Mendes A. Duarte, M. E. L. 2018, *Sobre formas de tratamento em português europeu e brasileiro*, in "Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários", 20, número especial, pp. 245-262.
- Bacelar do Nascimento, M. F. 2020, *Formas de Tratamento*, in Raposo E. P. et al (eds.) *Gramática do Português*, v. III, Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 2.701-2.931.
- Barnes, B. 1986, *An Empirical Study of the Syntax and Pragmatics of Left dislocations in Spoken French*, in Jaeggli, O.; Silva-Corvalán, C. (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Foris, Dordrecht:, pp. 207-224.
- Cardinaletti, A. 2004, *Towards a cartography of subject positions*, in Rizzi, L. (ed.) *The Structure of CP and IP: the cartography of syntactic structures*, v. 2. Oxford University Press, New York, pp. 115-165.
- Cardinaletti, A. 2014, *Cross-linguistic variation in the syntax of subjects*, in, Picallo, M. C. (eds.) *Linguistic Variation in the Minimalist Framework*, Oxford University Press, Oxford, pp. 82-107.
- Cyrino, S. 2019, *O objeto nulo do português brasileiro: sincronia e diacronia*, in Galves C., Kato M. A., Roberts I. (eds.). *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*. Editora da Unicamp, Campinas, pp. 173-199.
- Duarte, M. E. L. 1995, *A perda do princípio "Evite Pronome" no português do Brasil*, Tese de Doutorado, Unicamp.
- Duarte, M. Eugenia L. 2007, *Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita 'padrão'*, in "Revista Linguística", Rio de Janeiro, 1, pp. 89-115.
- Duarte, M. E. L. 2012, *O Sujeito em Peças de Teatro (1833-1992): Estudos Diacrônicos*. Parábola Ed., São Paulo.
- Duarte, M. E. L. 2017, *Analyzing a parametric change in Brazilian Portuguese: A sociolinguistic investigation*, in Barbosa, P., Paiva, M. C. A, Rodrigues, C. (eds.) *Studies on Variation in Portuguese*, John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, pp.233-256.
- Duarte, M. E. L. 2018 [1993], *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil*, in Roberts. I., Kato. M. A. (eds) *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Contexto, São Paulo, pp. 83-104. Reedição da publicação original de 1993, Ed. da Unicamp, Campinas.

- Duarte, M. E. L. 2019, *O sujeito nulo referencial no português brasileiro e no português europeu*, in Galves, C., Kato M. A., Roberts I. (eds.) *Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*. Editora da Unicamp, Campinas, pp. 93-126.
- Duarte M. E. L. 2020a, *A sintaxe do Português do Brasil: entre a fala espontânea e a escrita padrão*, in “*Temas da Língua Portuguesa: do Pluricentrismo à Didática*” 131Anno IV [5], pp.131-151.
- Duarte M. E. L. 2020b, *Aspectos contrastivos entre o Português do Brasil e do Português europeu*, in Raposo E. P. et al (eds.) *Gramática do Português*, v. III, Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 2.735-2.782.
- Duarte, M. E. L., Freire, G. C. 2014, *Como a escrita padrão recupera formas em extinção e implementa formas inovadoras*, in Paiva, M. C., Gomes, C. A. (eds.) *Dinâmica da variação e da mudança na fala e na escrita*. ContraCapa, Rio de Janeiro, pp.115-135.
- Duarte, M. E. L., Serra, C. R. 2015, *Gramática(s), ensino de português e “adequação linguística”*, in *Revista Matraca*, v. 22. [36], pp.31-55.
- Duarte, M. E. L., Ramos, 2015, J. *Variação nas funções acusativa, dativa e reflexiva*, in Martins, M. A., Abraçado, M. J. (eds.) *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. Contexto, São Paulo: Contexto, pp. 173-195.
- Duarte, M. E. L., Gomes, C. A., Paiva, M. C. de. 2016, *Codification and standardisation in Brazilian Portuguese*, in Muhr R. et al. (eds.). *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide: The pluricentricity of Portuguese and Spanish: New concepts and description*. v. 2. Peter Lang Verlag, Wien/Frankfurt am Main, pp. 45-60.
- Duarte, M. E. L., Gomes, C. A., Paiva, M. C. de. 2018, *The implementation of endogenous syntactic features in Brazilian standard writing*, in Muhr, R., Meisnitzer (eds.) *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide*. Peter Lang Verlag, Berlin, pp. 429-442.
- Duarte, M. E. L., Fernandes, U. S. B. 2016, *Construções de tópico-sujeito em contexto de variação e mudança*, in “*Web-Revista Sociodialecto*” 6, pp. 347-371.
- Duarte, M. E. L., Soares da Silva, H. 2016, *Microparametric variation in Spanish and Portuguese: the null subject parameter and the role of the verb inflectional paradigm*, in Kato, M. A., Ordoñez, F. (eds.) *The Morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*, Oxford University Press, NY, pp.1-26.
- Duarte, M. E. L., Marins, J. 2021, *Brazilian Portuguese: a partial null subject language? In “Cadernos de Estudos Linguísticos”*, 63, pp. 1-21.
- DUARTE, M. E. L., CARDOSO, M. C., FERNANDES, U. S. B., MARQUES DE SOUSA, A. A. 2021, *A REDUÇÃO NO QUADRO DE CLÍTICOS DE 3ª PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ESTUDO DIACRÔNICO*, IN “*REVISTA LABORHISTÓRICO*”, 4, NÚMERO ESPECIAL, PP. 154-187.
- Egerland, V. 2003, *Impersonal pronouns in Scandinavian and Romance*, in, “*Working Papers in Scandinavian Syntax*”, 71, pp. 75–102.
- Faraco, C. A. 2008, *Norma Culta Brasileira – desatando alguns nós*”, Parábola, São Paulo.
- Gama, D. E. R. 2021, “*E voce, meu amigo? Como estão lhe tratando?*” *O acusativo anafórico de segunda pessoa: um estudo diacrônico no PE e PB*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Galves, C. 2019, *Revisitando a concordância no português brasileiro*, in Galves, C., Kato M. A., Roberts I. (eds.) *Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*. Editora da Unicamp, Campinas, pp 127-150.
- Gomes, A. 1887, *Grammatica Portugueza*, Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- Houaiss, A. 1985, *Pequena Enciclopédia da Cultura Brasileira*. Umibrade, Rio de Janeiro.
- Kato, M. A. 1999, *Strong and weak pronouns in the null subject parameter*. “*PROBUS*”,

- 11[1], pp. 11-38.
- Kato, M. A., Duarte, M. E. L. 2003, *Semantic and phonological constraints on the distribution of null subjects in Brazilian Portuguese*. Comunicação apresentada no Congresso NAWAV, Universidade da Pensilvânia, Filadélfia.
- Kato, M. A. 2005. A gramática do letrado: questões para a teoria grammatical, in Marques M., Koller E., Teixeira J., Lemos A. S. (eds.). *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), pp. 131-145, 2005.
- Kato, M. A., Duarte, M. E. L. 2008, *Mudança Paramétrica e Orientação para o Discurso*. Comunicação apresentada no XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, U. Minho, Braga, Portugal.
- Kato, M. A., Duarte, M. E. L. 2014, *A variação entre construções finitas pessoais e impessoais no português brasileiro*, in “WEB-Revista Sociodialeto”, 4, [12], pp. 153-177.
- Kato, M. A., Duarte, M. E. L. 2017, O sujeito no português brasileiro e sua tipologia, in Pilati, E., Salles, H, Naves, R. (eds.) *Novos olhares para a gramática do português brasileiro*, Pontes, Campinas, pp. 9-43.
- Kato, M. A., Duarte, M. E. L. 2018, *Pre-Verbal position in Brazilian Portuguese: a reinterpretation of the “Avoid Pronoun” principle*, in “*Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*”, 20, pp.610-626.
- Kato, M. A., Duarte, M. E. L. 2021, in *Prosodic Determinants in Syntactic Change*, in “*Cadernos de Linguística*” – ABRALIN, 2, pp. 1-18.
- Labov, W. 1994. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Blackwell, Cambridge, US, Oxford, UK.
- Li, C. N.; Thompson, S. 1976, *Subject and topic: a new typology of language*, in Li, C. N.(eds.) *Subject and Topic*. Academic Press Inc, New York, pp. 457-489.
- Lopes, C. 2002, *Vossa Mercê > você e Vuestra Merced>usted: o percurso evolutivo ibérico*, in “*Linguística*”, 14, pp. 173-190.
- Lopes, C. 2003, *A inserção de ‘a gente’ no quadro pronominal do Português Iberoamericana*, Madrid.
- Lopes, C., Brocardo, M. T. 2016, *Main morphosyntactic changes and grammaticalization processes*, in Wetzels L. et al. (eds.). *The handbook of Portuguese linguistics*. John Wiley & Sons, Maldon, pp. 471-486.
- Lopes, C., et al. 2018, *A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: outras relações gramaticais*, in: Lopes, C., Castilho, A. (eds.) *História do Português Brasileiro: Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*, v. 4, Contexto, São Paulo, pp. 144-185.
- Lopes, C. Neves, A. L., Fernandes de Souza, J. 2021, *A origem da aceção negativa de você no português europeu: os contextos de uso de Vossa Mercê em cartas oitocentistas*, in “*Laborhistórico*”, 7, pp. 93-126.
- Lucchesi, D. 2015, *Língua e Sociedade Partidas*. Contexto, São Paulo.
- Henriques, F. P. 2013, *Uma análise dos verbos de alçamento que selecionam um complemento oracional: uma análise comparativa do PB e PE*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <https://posvernaculas.lettras.ufrj.br/>
- Holmberg, A.; Phimsawat, O-U. 2017, Minimal Pronouns, in “*Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*”, 19, n. especial, pp.11-36.
- Maciel, M. 1887, *Grammatica Analytica*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Marins, J. 2009, *O parâmetro do sujeito nulo: Uma análise contrastiva entre o português e o italiano*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <https://posvernaculas.lettras.ufrj.br/>

- Marins, J. 2013, *As repercussões da remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo: um estudo diacrônico das sentenças existenciais com ter e haver no PB e no PE*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <https://posvernaculas.lettras.ufrj.br/>
- Marins, J. Soares da Silva, H. Duarte M. E. L. 2017, *Revisiting Duarte (1995): for a gradient analysis of indeterminate subjects in Brazilian Portuguese*, in “*Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*”, 19, n. Especial, pp.140-172.
- Melo, G. C. de. 1972, *Alencar e a “Língua Brasileira”*, 3a. edição. Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro.
- Naro, A., Scherre, M. 2003, *Estabilidade e mudança em tempo real: a concordância de número*, in Paiva, M. C. A. de, Duarte, M. E. L. (eds.) *Mudança Linguística em Tempo Real*, ContraCapa, Rio de Janeiro, pp. 47-62.
- Nicolau de Paula, M. 2016, *A ordem VS-SV em interrogativas-Q no PE e no PB: uma análise diacrônica*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Nunes, J. 2019, *Clíticos acusativos de terceira pessoa em português brasileiro como concordância de objeto*. in Galves, C., Kato M. A., Roberts I. (eds.) *Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*. Editora da Unicamp, Campinas, 151-172.
- Pagotto, E. 1998, *Norma e condescendência; ciência e pureza*, in “*Língua e Instrumentos Linguísticos*”, 2, pp. 48-68.
- Pagotto, E. 2011, *Rui Barbosa e a crise normativa brasileira*, in Callou D., Barbosa A. (eds.) *A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866-1899)*. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. pp.105-166.
- Pontes, E. 1987, *O tópico no Português do Brasil*, Pontes, Campinas.
- Rezende dos Reis, E. P. 2023, *O redobro do sujeito no PE e no PB: empirismo e formalismo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <https://posvernaculas.lettras.ufrj.br/>
- Roberts, I., Holmberg, A. 2010, *Introduction: parameters in Minimalist Theory*, in Biberauer T. et al. (eds). *Parametric Variation: null subjects in Minimalist theory*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 1-57.
- Ribeiro, E. C. 1890, *Serões Gramaticais*, Livraria Catilina, Bahia.
- Ribeiro, J. 1919, *Grammatica Portugueza*, 13^a. ed. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- Scherre, M. M. P., Andrade, C. Q, Dias, E. P, Martins, G. F. 2015, *Variação dos pronomes TU e VOCÊ*, in Martins, M. A., Abraçado, M. J. (eds.) *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. Contexto, São Paulo: Contexto, pp. 109-131.
- Soares da Silva, H. 2011, *Evidências da mudança paramétrica em dados da língua-E: o sujeito pronominal no português e no espanhol*. Tese de Doutorado, Univerisdade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <https://posvernaculas.lettras.ufrj.br/>
- Vieira, S., Brandão. 2017, *Agreement in Portuguese: Conteibutions from a research project*, in in Barbosa, P., Paiva, M. C. A, Rodrigues, C. (eds.) *Studies on Variation in Portuguese*, John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, pp. 257-278.
- Weinreich, U. Labov, W, Herzog, M. 1986, *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, in Lehman, W., Malkiel, Y. (eds.). *Directions for historical linguistics.*: University of Texas Press, Austin, pp. 97-195.